

Gabeira: Guerra a usinas nucleares

Como o Partido Verde — que não tem qualquer representante eleito na Assembléia Nacional Constituinte — sensibiliza deputados e senadores para a necessidade de incluir na nova Constituição artigos que visem a uma política de preservação do meio ambiente? Qual o seu lobby?

O jornalista, escritor e ex-candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro, Fernando Gabeira, identifica no Congresso Nacional “uma frente ecológica que transcende a organização partidária”. Este grupo híbrido — que reúne constituintes de todos os partidos, com exceção do PDS — tem influência sobre o trabalho da Subcomissão do Meio Ambiente, onde atua, também, o deputado Fábio Feldmann, militante do Movimento Verde.

Foi este grupo que promoveu, na usina nuclear de Angra dos Reis (RJ), um debate sobre a necessidade e o risco de se construir usinas nucleares no País. Depois de 4 horas de discussão — acompanhada por todos os membros da Subcomissão — Gabeira mostrou-se otimista em relação ao tratamento que a questão nuclear receberá na nova Constituição: “Muitos deputados concordaram com nossas propostas básicas”.

Ele, como os demais militantes do PV, reivindica a aprovação de artigos que determinem a extinção de usinas nucleares para a produção de energia no Brasil. Exige, também, o veto à produção, depósito e transporte de armamentos

nucleares no território nacional. Neste sentido, todos se mobilizam para colher as 30 mil assinaturas que garantem a apresentação de uma emenda à nova Constituição.

Como bom mineiro, o jornalista acredita desconfiando e, por isto, não descarta o perigo de um retrocesso na discussão. “Vencemos apenas o primeiro round”, constata, avaliando o primeiro documento escrito pela subcomissão. “Está satisfatório”. Mas tudo é ainda um esboço e Gabeira considera até mesmo a hipótese de “chegarem a permitir a produção de bombas nucleares no País”. Caso isto aconteça, ele já tem uma arma: a convocação de um plebiscito.

Por enquanto, Gabeira enumera alguns pontos que julga falhos no rascunho da próxima Constituição. “A questão da vida selvagem — proteção dos animais — não está sendo devidamente considerada. A poluição nos locais de trabalho e nos alimentos também não foi bem abordada”.

Ele critica o artigo que confere ao Estado o dever de garantir a “educação ambiental”. “Entre a afirmação geral e a prática, é preciso uma mobilização social, através de cursos, palestras, conferências”. A lei, para o escritor, não resolve todo o problema, mas ajuda.

Gabeira julga ser impossível avaliar a questão da preservação do meio ambiente, sem que se considere o contexto geral em que ela está inserida. Para

o jornalista, os grandes temas do Movimento Verde — como a reforma agrária ecológica — não foram abordados porque, simplesmente, “a Nova República não representou nada em termos de mudança. O Governo só está tentando administrar o processo caótico que já existia”.

Em meio ao caos, o escritor critica o papel dos meios de comunicação de massa. “Eles sempre se orientaram pelo Governo. Até mesmo a estrutura das redações é uma réplica da organização governamental. Ela tem a seção de educação, saúde, esporte”. Mesmo assim, ele considera que a “imprensa teve um papel relevante ao despertar o Governo para a importância da ecologia”. Isto, na sua opinião não exime a imprensa da “negligência” com que tem abordado as condições de vida da população e a situação dos consumidores. “O problema é que os grandes poluidores são os grandes anunciantes”, analisa.

Gabeira critica os que julgam a ecologia uma questão secundária em relação ao problema da fome e da saúde no País. “Tudo está muito interligado”, diz e exemplifica: “Fizemos estudos para um projeto de despoluição da Baía da Guanabara e descobrimos que seria necessário montar um estrutura de saneamento básico nos bairros que a cercam”. Ele afirma, também, que há uma relação muito estreita entre a devastação da natureza e a falta de alimento”.